

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº**

**, DE 2019**

Solicita informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia a respeito da regulamentação, dada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quanto à cobrança de taxa ou tarifa pela utilização de postes de energia elétrica por parte de órgãos da administração pública.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Minas e Energia no sentido de esclarecer esta Casa a respeito da regulamentação, dada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quanto à cobrança de taxa ou tarifa pela utilização de postes de energia elétrica por parte de órgãos da administração pública.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Como se sabe, as concessionárias de energia elétrica são as responsáveis pela manutenção dos postes de energia, espalhados por todos os municípios brasileiros. A exploração e demais regras de utilização dos postes de energia elétrica são estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, agência reguladora que integra, na forma de autarquia especial, a administração pública indireta vinculada a ao Ministério de Minas e Energia.

Verifica-se, entretanto, enorme insegurança jurídica quanto à cobrança ou isenção de taxas ou tarifas pela utilização de postes de energia elétrica por parte de órgãos da administração pública.

O caso concreto são os diversos municípios brasileiros que têm investido em segurança pública e instalado seus próprios sistemas de vídeo-monitoramento, bem como por meio da criação de Centros de Operações Integradas (COI), visando fortalecer e ampliar o trabalho integrado entre as Secretarias municipais e as Forças Policiais de seus municípios.

Ocorre que as concessionárias de energia elétrica têm cobrado dos municípios pela utilização de cada poste através dos quais passam fios e fibras óticas,

que são estruturas mínimas necessárias para compor um sistema de vídeo-monitoramento.

Cumpra esclarecer que a Resolução Conjunta nº 1, de 24 de novembro de 1999 (celebrada pela ANEEL, ANATEL e ANP) não é taxativa em relação à fixação ou cobrança de preços para os setores contemplados na referida norma, tampouco, definem a obrigatoriedade de cobrança de taxa ou tarifa pela utilização dos postes por parte dos órgãos da administração pública, em especial, daqueles prestadores de serviços emergenciais e essenciais, tais como as prefeituras municipais.

Nesse sentido, o presente requerimento de informação busca esclarecer esta Casa a respeito da regulamentação, dada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quanto à cobrança de taxa ou tarifa pela utilização de postes de energia elétrica por parte de órgãos da administração pública.

Solicitamos, neste sentido, que sejam respondidas as seguintes questões:

- i) Existe regulamentação, por parte da ANEEL, quanto à utilização de postes de energia elétrica por parte de órgãos da administração pública?
- ii) Há alguma previsão de cobrança utilização de postes de energia elétrica por parte de órgãos da administração pública?
- iii) Há algum estudo em andamento neste Ministério e na ANEEL, quanto à cobrança pela utilização de postes de energia elétrica por parte de órgãos da administração pública?

São estes, basicamente, os questionamentos que gostaríamos de ver esclarecidos pelo Ministério de Minas e Energia, na forma estabelecida pelo art. 50 da Constituição Federal e os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

Deputado EDUARDO CURY